

# O LIVRO DOS REIS: REDAÇÃO E TEOLOGIA

Jaldemir Vitório

## **Introdução**

Os dois livros dos Reis são parte de uma produção teológica mais ampla, conhecida como Historiografia Deuteronomista (OHDtr). A primeira grande porção da OHDtr corresponde aos livros de Josué e Juízes, abrangendo a fase de conquista da terra e instalação das tribos. A segunda grande porção compreende os dois livros de Samuel, onde se narram os albores da monarquia, com a superação do regime tribal. O conteúdo dos livros dos Reis encadeia-se neste dinamismo histórico, dando-lhe continuidade. Como parte de um conjunto, neles estão refletidas as idéias dos autores desta magistral obra teológica, cujo escopo, na sua atual redação, consistiu em oferecer aos exilados da Babilônia (séc. VI aC) pistas para entender sua dramática situação.

É pertinente considerar 1-2Rs como a parcela mais importante da OHDtr, por abordar a fase crucial da história do povo de Israel – a monarquia –, analisada de forma crítica. Afinal, a responsabilidade maior pela desgraça nacional repousava sobre os ombros dos monarcas que se tornaram infiéis a Javé e à sua Lei. Enquanto personalidade corporativa, sua infidelidade atraiu o castigo de Javé, o Deus da Aliança, ao qual deveriam aderir “com todo o coração, com toda a alma e com todas as forças” (Dt 6,5). O desdobramento desta fé incondicional haveria de ser a prática do direito e da justiça, com especial atenção aos pobres, aos órfãos, às viúvas e aos estrangeiros (Dt 15,7-11; 24,19; 27,19 *et passim*). A ausência de ética, como expressão de uma opção teológica, mormente na atuação dos reis, gerou o infortúnio do exílio.

O escopo deste artigo consistirá em explicitar os elementos redacionais, utilizados pelos autores da OHDtr, na elaboração de 1-2Rs, e as grandes linhas teológicas que o perpassam. Em outras palavras, o conteúdo da catequese destinada aos exilados, em vista de recuperar-lhes, no coração, a esperança. O primeiro passo voltar-se-á para o contexto da redação da OHDtr e, por conseguinte, de 1-2Rs. O segundo, o mais longo, retomará o conteúdo de 1-2Rs, sistematizando-o a partir de três momentos fundamentais: o Reino unido, o Reino dividido e o remanescente Reino de Judá. A preocupação será de caráter teológico-literário e, não, de caráter histórico, no sentido da moderna historiografia. Aliás, na produção de sua obra, os Deuteronomistas serviram-se do material disponível, referente à história do povo de Israel, com propósitos estritamente catequético-teológicos. O terceiro passo abordará a figura dos profetas, referidos continuamente ao longo da obra. Os profetas fazem contraponto com a monarquia, servindo-lhe de consciência crítica. Por isto, ocupam lugar de destaque em 1-2Rs, merecendo um tratamento à parte. O quarto passo elenca os principais recursos literário-narrativos usados pelos autores na composição de sua obra. São os sinais de

sua criatividade, enquanto escritores. Por fim, o quinto passo arrola os eixos temáticos, com os quais 1-2Rs é tecido.

O estudo de 1-2Rs revela um método de produzir teologia – teologia narrativa –, bem como a preocupação catequético-pastoral, própria de teólogos dignos deste nome. Por este viés, a abordagem desta pequena porção do texto bíblico mostra-se relevante e atual.

## 1. O contexto redacional de 1-2Rs

A redação de 1-2Rs foi concluída no período do exílio ou do pós-exílio. Só então seus redatores teriam condições de narrar a reabilitação do rei Joaquin (yehoaqin), deportado para a Babilônia, em 597 aC, e tirado do cárcere pelo rei Evil-Merodac e admitido, com honrarias, na corte babilônica, no 37º ano da deportação (2Rs 25,27-30). Portanto, a obra só pode ter sido concluída depois de 561 aC. Em todo caso, não se faz, aí, referência ao edito de Ciro, pondo fim ao exílio (538-537 aC). Isto não impede que sua composição tenha sido iniciada, provavelmente, durante o reinado de Josias, ou mesmo, ainda antes, no de Ezequias, ou, segundo outra opinião, depois da segunda deportação, em 587 aC. Uma coisa é certa: no estágio em que chegou até nós, a obra supõe uma larga experiência de exílio. A tendência atual consiste em afirmar a existência de uma primeira redação pré-exílica, quicá no reinado de Josias, com uma posterior redação exílica para atualizar os fatos e adaptar a obra às exigências de compreensão da realidade, suscitada pela deportação babilônica.

Seus autores tinham diante de si a tarefa de oferecer explicações plausíveis para a trágica experiência do exílio, para além da interpretação popular, segundo a qual Javé, Deus dos israelitas, fora vencido por Marduc, deus dos babilônios, mostrando-se incapaz de se impor ao deus dos inimigos. A crise teológica, na qual Israel foi mergulhado, exigia elucidação à altura. Formulá-la, de maneira plausível e convincente, não era tarefa fácil. Afinal, a tradição falava de Javé “Todo-Poderoso” (Ex 3,6; Nm 24,4.16), “Deus dos deuses e Senhor dos senhores” (Dt 10,17; Sl 136,3). Seus grandes feitos em favor de seu povo, a começar pela libertação da opressão egípcia, eram recordados com orgulho. Porém, a realidade do exílio, com os rastros de destruição deixados para trás, era demasiado cruel.

Fazia-se necessário iluminá-la com uma luz capaz de resolver-lhe as incógnitas. A esta tarefa lançou-se um grupo de exilados, provavelmente oficiais da corte de Jerusalém e membros dos círculos sacerdotais, sintonizados com as exigências do Deuterônomo, mormente as relacionadas com a fidelidade a Javé, expressas em Dt 6,4-9, o *Shemá Israel* – “Ouve, Israel!” Por isto, este grupo ficou conhecido entre os estudiosos da Bíblia como Deuteronomistas. Segundo a visão deles, exigia-se de Israel um amor exclusivo e incontaminado a Javé, “com todo o coração, com toda a alma e com todas as forças”. Amor profundo, arraigado no coração do povo! Para alcançá-lo, o caminho consistia em inculcar nos filhos mais pequeninos a prática da ordem divina; repetir continuamente o conteúdo dos mandamentos, ao longo do dia; e, mais, trazê-los por escrito, atados nas mãos e na frente; e escrevê-los no portal das casas e da cidade.

A fidelidade a Javé redundaria em bênçãos para Israel; a infidelidade, em maldições. Aliás, Dt 29,21-28 falava em castigo por desvio de conduta na vivência do amor a Javé. As nações haveriam de se perguntar: “Por que o Senhor tratou assim esta terra?” Elas mesmas já saberiam a resposta: “Foi porque abandonaram a Aliança que o Senhor, o Deus de seus pais, fez com eles quando os libertou do Egito, e porque foram servir a deuses estranhos, prostrando-se diante deles, deuses que não conheciam e que ele não lhes tinha dado. Acendeu-se, então, o furor de Senhor contra esta terra a ponto de lançar sobre ela todas as maldições que estão escritas neste livro. O Senhor os arrancou desta terra com ira, com furor, com grande indignação e os atirou em outras terras, como hoje se vê” (v. 23-27). Esta será a pista seguida pelos Deuteronomistas, na tentativa de explicar a tragédia do exílio e apontar saídas para o futuro.

A intenção dos autores da OHDtr vai além da mera pesquisa histórica. Não lhes interessa a acurada pesquisa dos fatos, no sentido da moderna historiografia. E, sim, explicar o trágico fim do povo de Deus. Visando a esta finalidade, seleciona suas fontes, organiza-as, modifica-as e as amplia. Dentre elas, as principais são os *Atos de Salomão* (cf. 1Rs 11,41), os *Anais dos Reis de Judá* (cf. 1Rs 14,29 *et passim*) e os *Anais dos Reis de Israel* (1Rs 15,31 *et passim*). Para os acontecimentos mais recentes, com toda probabilidade, os autores foram testemunhas oculares ou tiveram contato com pessoas que o foram. Conheciam, também, lendas a respeito dos reis, tradições referentes aos profetas, fatos da história internacional, etc. Seu trabalho consistiu em organizar as fontes disponíveis a partir de um esquema cronológico rigoroso e coerente, dando continuidade à trama (*plot*) iniciada no livro de Josué. A história bem começada com o fiel Josué conclui-se com a destruição do Reino de Israel e de Judá, sob o signo da infidelidade dos reis. Porém, os autores cuidam de deixar um espaço aberto para a esperança. O futuro está nas mãos dos israelitas. Tudo dependerá da atitude a ser tomada em relação a Javé.

Em suas grandes linhas, a obra dá conta de fatos históricos: os nomes e a ordem dos reis, a separação dos dois reinos, a destruição de Israel e de Judá. É preciso, contudo, muita cautela quando se trata de reconstruir fatos históricos segundo a mentalidade atual, servindo-se de narrativas bíblicas, pois este não é o propósito do texto bíblico em questão.

## **2. Os reis de Judá e Israel: uma história de infidelidade**

Como foi dito, 1-2Rs faz parte da OHDtr, cuja introdução doutrinal é o livro do Deuterônomo. Os atuais dois livros formavam uma unidade. A cesura feita em 1Rs 22,54 aconteceu por motivos práticos, devido à extensão da narrativa. 2Rs 1,1 é a sequência lógica da narração, não havendo razão de ordem literário-narrativa para estar desconectado do que antecede. O corte entre os dois livros ocorreu por ocasião da tradução grega do texto hebraico, cognominada *Septuaginta* [LXX] (século III aC). A tradução latina, conhecida como *Vulgata* (século IV-V dC), acolheu o esquema da LXX. Até que, por volta dos séc. XV/XVI dC, foi adotado também nas edições da Bíblia Hebraica. Na *Septuaginta* e na *Vulgata*, 1Sm é classificado como 1Rs; 2Sm, como 2Rs; 1Rs, como 3Rs; 2Rs, como 4Rs.

A história de Israel, contida em 1-2Rs, abarca o final do reinado de Davi (ca. 961 aC) até a reabilitação do rei Joiaquin, no cativeiro babilônico (ca. 561 aC), num arco de quatro séculos. No horizonte, paira a promessa feita à casa de Davi (2Sm 7,1-17), segundo a qual, para sempre, haveria um davidida no trono de Judá. A conclusão inesperada da história, com a reabilitação de Joiaquin, apontaria nesta direção.

A história é feita de altos e baixos. No tocante à realeza de Judá, Ezequias (715-687 aC) representa um momento áureo da história de Israel, por sua obediência a Javé e à sua Lei. Com o violento Manassés (687-642 aC), seu filho e sucessor, atinge-se o ponto mais baixo. Porém, com a ascensão de Josias ao trono, a esperança desponta novamente no horizonte. A reforma religiosa empreendida por ele parecia apontar para um futuro promissor de fidelidade a Javé e, por conseguinte, de bênção para o país. Porém, com sua morte, o país, novamente, mergulhou na infidelidade, cujo resultado seria a catástrofe nacional.

Entretanto, a história de Javé com seu povo não podia acabar assim. Havia espaço para a esperança, embora as perspectivas fossem sombrias. Quanto a Israel, os Deuteronomistas apresentam-no numa situação de constante transgressão da vontade de Javé, recusando-se a ouvir os profetas (2Rs 17,14.40; 18,12). É como se sua história caminhasse num contínuo declive. Muito antes de Judá, Israel teve um triste fim.

O intento dos Deuteronomistas, para além da composição de uma história profana, era a de estabelecer a relação em Palavra de Deus e história de Israel. Buscaram perceber como a Palavra é acolhida ou rejeitada na história e seus respectivos desdobramentos e conseqüências. Como têm diante de si uma história de infortúnios, tanto de Israel quanto de Judá, o foco de sua atenção estará centrado na desobediência à Palavra, cujos efeitos são previsíveis.

A trama da história da desobediência dos Reis, com a conseqüente ruína do povo, é apresentada em três atos.

*1º ato – 1Rs 1-11: O reino unido sob a égide de Salomão*

A monarquia consolidou-se com Salomão. Ele não precisou de se preocupar com questões militares. Com as guerras de Davi, o Reino atingira suas dimensões máximas. Sua principal tarefa consistiria em manter, interna e externamente, a situação de estabilidade, obra de seu pai, e dar-lhe ulteriores desdobramentos.

Destacam-se no seu reinado:

a) *A política de alianças* com os soberanos vizinhos. De particular importância foi a aliança feita (renovada?) com o rei de Tiro. Abriam-se para Israel grandes perspectivas de comércio exterior, até mesmo por via marítima (1Rs 5,15-26).

b) *A proteção militar do reino*, através da organização de um exército eficiente e da fortificação das cidades principais, situadas em pontos estratégicos (1Rs 9,15-20). Fez largo uso do cavalo e carros como instrumentos de combate (1Rs 5,6; 10,26).

c) *As atividades comerciais* mostraram sua habilidade no ramo. Soube tirar proveito da situação estratégica do seu reino (1Rs 9,26-28; 10,1-29).

d) A Bíblia refere-se a *atividades industriais* no tempo de Salomão. 1Rs 7,46 alude à existência de uma fundição de cobre no vale do Jordão, onde foram fabricados utensílios para o Templo.

De tudo isto, resulta um tempo de prosperidade e paz, jamais repetido. Os projetos de construção empregaram muita gente, aumentando o poder aquisitivo e estimulando o surgimento de outros empreendimentos privados (1Rs 5,27-32). Jerusalém expandiu-se e novas cidades surgiram. 1Rs 4,20 expressa bem a situação do momento: “Judá e Israel eram tão numerosos como os grãos de areia à beira-mar. Comiam, bebiam e passavam bem”.

e) *A construção do Templo de Jerusalém* foi o empreendimento mais relevante levado a cabo por Salomão (1Rs 6,37-38). Junto ao Templo, Salomão ergueu uma série de outras imponentes construções (1Rs 7,1-8; 10,18-20).

f) *O incremento da cultura* foi também um marca importante do reinado salomônico. Sua sabedoria tornou-se famosa (1Rs 5,12-13), a ponto de atrair gente de longe (1Rs 10,1-3.23-24). A história paradigmática de sua sábia sentença no litígio entre duas prostitutas tornou-o conhecido como rei justo (1Rs 3,16-28). Desenvolveu, também, uma política de incentivo à música (1Rs 10,12).

O lado oposto deste reinado glorioso comporta o germe da decadência, cuja ação perniciosa redundará na divisão do Reino, quando da morte de Salomão.

a) *A situação financeira*. A manutenção da corte exigia somas consideráveis de dinheiro. Evidentemente, houve aumento de impostos. Para arrecadá-los de maneira organizada e obter mais fontes de rendas, Salomão instituiu doze distritos – não correspondentes às antigas 12 tribos –, cada um com um prefeito responsável. A cada distrito competia abastecer a corte um mês por ano (1Rs 4,7-20). O descontentamento deve ter sido generalizado. A situação agravou-se a ponto de Salomão ser obrigado a entregar 20 cidades da Galiléia para pagar dívidas contraídas para a construção do Templo (1Rs 9,10-14).

b) *Os trabalhos forçados (corvéia)*. Salomão recorreu à *corvéia* para levar adiante suas muitas obras. Isto acontecera sob Davi, com o emprego de trabalhadores estrangeiros (2Sm 12,31). Inicialmente, Salomão recrutou trabalhadores entre estrangeiros (1Rs 9,20-23). Todavia, quando esta mão-de-obra se mostrou insuficiente, recrutou também israelitas (1Rs 5,27). A corvéia não era aceita de bom grado, por recordar a antiga escravidão no Egito (1Rs 12,4). Dt 17,14-20 contém uma evidente crítica a essas práticas de Salomão.

c) *A Aliança foi substituída pelo Estado*. Salomão colocou uma pá de cal na organização tribal de Israel. Valia agora a organização distrital. O povo estava submetido ao pagamento de pesado tributo ao Estado (Estado Tributário). O serviço militar era feito a partir de recrutamento e não de oferecimento espontâneo. A corvéia massacrava boa parte da população. A estrutura tribal foi substituída por uma estrutura comercial e industrial. O agro-pastoril ficou em segundo plano. Vivia-se numa cultura urbana, a partir do êxodo rural. Havia uma corte, em torno da qual girava uma aristocracia,

em contraposição com os trabalhadores assalariados, escravos e pequenos proprietários rurais (1Rs 12,12-14). A Aliança de Javé deixara de ser uma referência para o rei.

d) *Os pecados de Salomão*. Os casamentos de conveniência levaram-no a correr atrás de deuses estrangeiros, para agradar suas muitas mulheres (1Rs 11,1-13). O coração do rei não mais pertencia integralmente a Javé, como requeria a Lei (1Rs 11,4.9).

e) *Um foco de revolta liderado por Jeroboão I*. A insatisfação popular com a política de Salomão gera revolta popular, com apoio do profeta Aías de Silo (1Rs 11,26-40). A monarquia de Israel está periclitando.

Os Deuteronomistas elevam a monarquia ao seu ponto mais elevado e depois lhe descrevem a ruína, por causa da infidelidade ao Deus de sua fé. Em vez do direito e da justiça, Salomão tornou-se agente de injustiça e de opressão. Portanto, o fracasso representado pelo exílio começou a despontar no horizonte de Israel já nos primórdios da monarquia. Não surgiu de improviso! Nem foi gerado em curto prazo! Sua gestação aconteceu na extensa sucessão de reis e ao longo dos séculos.

#### *2º ato – 1Rs 12-2Rs 17: Judá e Israel – os reinos divididos*

A morte de Salomão (922 aC) é referida brevemente em 1Rs 11,41-43. O v. 43 alude à subida de Roboão, seu filho, ao trono. Num período muito breve, o reino implantado por Davi e “consolidado” por Salomão ruiu. O único reino cindir-se-ia em dois reinos inexpressivos, que, na maior parte do tempo, viveram em constantes litígios entre si.

As tribos do norte submeteram-se a Salomão porque as tratava com mão forte. Com sua morte, vieram à tona sentimentos reprimidos. 1Rs 12,1-20 reporta o trágico processo de cisão do reino, devido à imperícia e à má assessoria do sucessor de Salomão. Sua atitude de desprezo para com as tribos do norte precipitou os acontecimentos. Para aceitar Roboão como rei, os israelitas exigiam que aliviasse o peso imposto por Salomão. Ele não cede e a cisão se consuma.

Entretanto, volta do Egito, para onde fugira perseguido por Salomão (1Rs 11,40), Jeroboão I (922-901 aC), que vai se tornar o primeiro rei de Israel (1Rs 12,20), encorajado por Aías de Silo (1Rs 11,29-39). Enquanto isto, o profeta Semeías aconselhava Roboão a não lutar contra Israel (1Rs 12,21-24).

Desta forma, o reino davídico desmoronou-se. Os territórios, unificados por Davi, foram se desmembrando pouco a pouco, pois tanto Judá quanto Israel eram incapazes de impor-se sobre eles. As pressões vinham de todos os lados: Damasco (ao norte), as cidades filistéias (ao sul), Amon – Moab (a leste). O antigo reino estava reduzido. A economia de Israel, estruturada por Salomão, entrou em colapso por não ter quem a gerisse.

Roboão (922-915 aC), rei de Judá, não se esforçou para reintegrar Israel ao reino, quiçá por julgá-lo uma tarefa impraticável. O exército já não era mais o mesmo de antes. E muitas das guarnições tinham ficado no Reino do Norte. As “guerras contínuas”

(1Rs 14,30) entre Roboão e Jeroboão I devem ter sido motivadas por questões de fronteira. Judá ficou ainda mais fragilizado com a invasão do faraó Sesac, que promoveu uma pilhagem do Templo (1Rs 14,25-28).

*O Reino do Norte*, sob Jeroboão I, teve que começar *ab ovo* e organizar a capital, a administração, o exército etc. Siquém foi escolhida como capital (1Rs 12,25), posteriormente, transferida para Tersa (1Rs 14,17; 15,33; 16,23), até que Amri a instalasse na Samaria (1Rs 16,24). Possivelmente, Jeroboão I imitou a organização administrativa do Reino do Sul, sem cair na tentação de fazer as tribos do norte voltarem às condições pré-monárquicas.

No plano religioso, está sua ação mais significativa. Procurou neutralizar a importância do Templo de Jerusalém, atrativo para os israelitas, contaminando-os com a idéia de que só a dinastia davídica era legítima (1Rs 12,26-27). A solução encontrada consistiu em escolher os santuários de Betel e Dã, situados nas duas extremidades do Reino, como santuários oficiais, e, neles, entronizar os bezerros de ouro, com intuítos religiosos e políticos (1Rs 12,26-33). Resolvia-se, assim, um duplo problema:

- (a) Oferecia-se aos israelitas a possibilidade de terem um referencial para a presença de Javé, de quem não se podia fazer imagem. Os bezerros eram uma espécie de escabelo da divindade. Isto já era suficiente.
- (b) O touro era uma das muitas representações de Baal, nos cultos de fertilidade cananeus. A presença de um bezerro nos santuários reais dava-lhes a impressão de o baalismo ter sido acolhido pelo rei; isto era considerado como positivo. Javé acabava sendo confundido com Baal.

O culto de Betel foi imediatamente condenado por um profeta desconhecido (1Rs 13,1-10). O profeta Aías de Silo rompeu com Jeroboão I por causa da idolatria, embora o tivesse incentivado no processo de ruptura com o rei de Judá (1Rs 14,1-18).

A sucessão no trono do Reino do Norte não se pautava pelo critério dinástico, dando margem a violências e a contínuos golpes de estado. O sucessor de Jeroboão I foi Nadab (901-900 aC), logo assassinado por Baasa (900-877 aC). Este foi sucedido por seu filho Ela (877-876 aC), assassinado por Zambri (876 aC), cujo governo durou sete dias (1Rs 16,15). Ele morreu queimado no palácio que incendiara (1Rs 16,18), quando o general Amri (876-869 aC) fora proclamado rei pelo povo. Com Amri, tem origem uma pequena e frágil dinastia de reis em Israel.

*O Reino do Sul* seguiu a tendência dinástica ligada à casa de Davi. Havia aí um grupo ligado à corte, formado pela aristocracia, que conhecera o esplendor e o internacionalismo do tempo de Salomão, contraposto a uma grande massa de população rural, constituída de agricultores e pastores, com sua vida simples, apegados às antigas tradições sociais e religiosas.

A Roboão (922-915 aC), sucedeu Abiam (915-913 aC), sucedido por Asa (913-873 aC), cujo reinado mereceu uma avaliação positiva dos Deuteronomistas (1Rs 15,11.14). Sucedeu-lhe Josafá (873-849 aC). Continuou a agradecer a Deus, como

o fizera seu pai (1Rs 22,43), tentando controlar, sem muito sucesso, a idolatria (1Rs 22,44.47).

*A dinastia amrida, no Norte*, desempenhou um papel importante. Amri (876-869 aC) reinou um tempo suficientemente longo para estruturar Israel. O Egito entrara em decadência e a Assíria começava, pouco a pouco, a se reorganizar. Este vácuo de poder hegemônico possibilitou-o estabelecer relações amigáveis com Judá; criar vínculos com os fenícios; calcar a mão sobre os arameus. Seu filho Acab (869-850 aC) levou adiante a mesma política. Amri casou Acab com Jezabel filha de Etbaal, rei da Sidônia, na Fenícia (1Rs 16,31). A aliança com os sidônios foi vantajosa para Israel ao lhe abrir um escoadouro marítimo para seus produtos. A aliança militar e comercial com Judá foi selada com o casamento de Atalia (irmã/filha? de Acab), com Jorão, filho de Josafá, rei de Judá (2Rs 8,18). Os reis de Judá e de Israel restabeleceram o comércio marítimo a partir de Asiongaber, no Mar Vermelho (1Rs 22,48-50).

Sob a dinastia amrida, houve considerável prosperidade econômica em Israel. A capital foi luxuosamente construída (1Rs 22,39), além de outras cidades e fortalezas (1Rs 22,39). O profeta Amós refere-se a “casas de marfim” (Am 3,15) e a “camas de marfim” (Am 6,4), cujos resquícios foram encontrados nas escavações da Samaria. A organização militar permitia aos reis empreender guerras de conquista contra seus inimigos (1Rs 20,13-43; 22,1-40).

A riqueza e o luxo, entretanto, foram acumulados às custas dos pobres. Estes, para pagar os impostos, deviam hipotecar suas terras. A escravidão tornou-se-lhes uma ameaça (2Rs 4,1). Uma seca prolongada (Lc 4,25-26 fala em três anos e meio de seca) aumentou-lhes ainda mais os sofrimentos (1Rs 17-18). Campeavam as injustiças e o sistema de classe social acentuava-se. O episódio em torno da vinha de Nabot dificilmente terá sido um caso isolado (1Rs 21).

A eliminação da dinastia de Amri deu-se, em 842 aC, sob a liderança de Jeú, general das tropas israelitas, com o beneplácito do profeta Eliseu e da corporação dos filhos de profetas (irmandade de profetas, irmãos-profetas), preocupados com a disseminação da idolatria com seus rastros de injustiça (2Rs 9,1-15). Estes fizeram oposição cerrada aos reis de Israel e à sua política idólatra. Os filhos de profetas representavam uma espécie de bastião do javismo em meio a um Israel baalizado.

A ação de Jeú correspondeu a uma explosão de cólera reprimida, tal foi sua fúria contra a casa dos amridas. Seu golpe de estado promoveu um banho de sangue eliminando não apenas o rei de Israel, Jorão, e sua mãe Jezabel, promotora da idolatria no Reino do Norte, mas também Ocozias, rei de Judá, em visita ao rei de Israel (2Rs 9,16-37). Tanto a corte da Samaria quanto a de Jerusalém foram dizimadas (2Rs 10,1-14). Os adoradores de Baal foram chacinados no templo de seu deus (2Rs 10,18-27). Aparentemente, restaurou-se a fé javista.

O expurgo promovido por Jeú livrou Israel do baalismo, porém o deixou praticamente paralisado. O assassinato de Jezabel pôs fim à aliança com o rei de Tiro. O assassinato do rei de Judá aboliu a aliança com o Reino do Sul. Assim, Israel perdeu dois

fortes aliados no plano comercial e militar. A dizimação da corte levou Israel a perder sua liderança. O massacre indiscriminado causou indignação até nos mais devotos (cf. Os 1,4).

Como Jeú não teve pulso para liderar o país e refazê-lo dos escombros, a idolatria e as injustiças retornaram com toda força (2Rs 10,28-36). Aliás, ele não era um javista fervoroso como seria justo esperar (2Rs 10,31). Resquícios de idolatria permaneciam por toda parte (2Rs 13,6).

Jeú foi sucedido por Joacaz (815-801 aC), por Joás (801-786 aC) e por Jeroboão II (786-746 aC). Com este, Israel conheceu tempos de prosperidade. Apesar de o livro dos Reis dedicar-lhe apenas alguns versículos (2Rs 14,22-29), foi um rei importante.

A Assíria, potência hegemônica do momento, estava em decadência pela sucessão de governantes ineficientes. Jeroboão II soube tirar partido desta situação. Com Teglát-Falasar III (745-727 aC), a Assíria retorna ao cenário mundial. O rei assírio retoma as rédeas da situação e submete, novamente, seus antigos vassalos.

Com a morte de Jeroboão II, o Reino de Israel entrou em franco processo de desintegração. Houve uma rápida sucessão de reis, até sua falência total: Zacarias (746-745 aC), Selum (745 aC), Manaém (745-738 aC), Facéias (738-737 aC), Facéia (737-732 aC), Oséias (732-724 aC). Manaém tentou obter o apoio dos assírios (2Rs 15,19-20), pagando-lhes tributos. Esta política não foi seguida por Facéia, que se aliou a Rasin de Damasco para fazer frente aos inimigos. Estamos no contexto da chamada guerra siro-efraimita. Acaz, rei de Judá, rejeita entrar na coalizão e, num gesto de hostilidade a seus agressores, pede proteção à Assíria (2Rs 16,7-9). Os confederados atacam Judá, na tentativa de colocar no trono um rei disposto a se aliar a eles.

Teglát-Falasar III começou por conquistar as terras da Galiléia e da Transjordânia, deportando sua população (2Rs 15,29). Neste ínterim, Facéia é assassinado por Oséias, que se submete aos assírios, pagando-lhes tributo (2Rs 17,3), evitando assim a consumação do desastre. Quando Teglát-Falasar III é substituído por seu filho Salmanasar V, o rei Oséias deixa de pagar tributos à Assíria e pede ajuda ao Egito. Então, Salmanasar V iniciou o ataque a Israel. Oséias veio fazer as pazes com ele, tendo caído prisioneiro. Os assírios conquistaram o território de Israel, sobrando apenas a Samaria, que resistiu durante dois anos, ao cabo dos quais veio a cair (721 aC). 2Rs 17,4-6 descreve a destruição da capital. A população foi substituída por povos trazidos da Mesopotâmia (2Rs 17,24), que se misturaram com os israelitas remanescentes.

2Rs 17,7-23 e 18,9-12 contém a reflexão deuteronomista sobre a situação. Na perspectiva deuteronomista, o Reino do Norte estava fadado ao fracasso desde a sua origem. O pecado de seu primeiro rei selara-lhe o destino. “Jeroboão I pecou e fez Israel pecar” (1Rs 14,16); “Os filhos de Israel imitaram todos os pecados que Jeroboão cometera e não se afastaram deles” (2Rs 17,22) são declarações sempre repetidas para frisar a pecaminosidade renitente dos israelitas. Destarte, a destruição de Israel era apenas uma questão de tempo, mesmo se prolongado por mais de duzentos anos. A modalidade era previsível, por se conhecer as estratégias de dominação do poder hegemônico do momento, o império assírio.

### *3º ato – 2Rs 18-24: O sobrevivente reino de Judá*

O apelo feito à Assíria preservou Judá da calamidade sofrida por Israel. Porém, reduziu-o à condição de vassalo. A religião dos dominadores foi introduzida em Judá. O rei Acaz fez adaptações no Templo de Jerusalém, adequando-o ao estilo assírio, para agradar o dominador (2Rs 16,10-18) Em consideração para com o dominador, mudou no Templo do Senhor o estrado do trono e a entrada externa para o rei. A ação de Acaz visava a ser um gesto de fidelidade ao rei assírio. Sua fé superficial impedia que este tipo de ação pusesse-lhe peso na consciência. Chegou a ponto de imolar seu filho, abominação para a fé judaica (2Rs 16,3). A apostasia e a idolatria campeavam em Judá.

O tributo de vassalagem exigido pela Assíria era pesado. Para pagá-lo, Acaz recorreu ao tesouro do Templo (2Rs 16,8). O povo arcou com as conseqüências. A exploração corria solta; os tribunais corromperam-se; extorquiam-se propriedades alheias; o luxo debochado dos ricos era acintoso. A religião oficial tinha pouca serventia para influenciar a situação.

Ezequias (715-687 aC), filho de Acaz, ao subir ao trono, tinha intenções de mudar a situação. Esboçou uma tentativa de reforma, embora o imposto assírio não pudesse ser suspenso e a influência dos deuses estrangeiros ainda permanecesse (2Rs 18,3-8). A final, se rebelou contra o rei da Assíria e suspendeu o pagamento da taxa de vassalagem. Fez coalizão com moabitas, edomitas e amonitas e tentou selar um tratado de mútua-proteção com o Egito. O assírio Senaquerib não se fez de rogado e veio submeter os vassalos revoltosos (2Rs 18,18-37). Começou por atacar as cidades situadas ao sul da planície costeira; depois subiu contra Jerusalém. Quando a cidade estava para ser tomada, aconteceu um incidente com o exército assírio (peste bubônica?), obrigando-o a voltar para seu quartel general (2Rs 19,35-37).

Ezequias foi sucedido por seu filho Manassés (687-642 aC – 2Rs 21,1-18). Agiu diferentemente de seu pai, aceitando a vassalagem assíria. E, mais, para agradar os opressores, reconstruiu tudo quanto havia sido destruído na reforma religiosa de seu pai, chegando a oferecer sacrifícios humanos (2Rs 21,1-9). A prostituição sagrada foi introduzida no templo (2Rs 23,7). A idolatria teve largo curso. O javismo acabou sendo desprezado. A violência e injustiça de Manassés tornaram-se gritantes (2Rs 21,16).

Manassés foi sucedido por Amon (642-640 aC), que trilhou os caminhos do seu pai (2Rs 21,19-26). Amon foi assassinado por gente da corte (gente de sua família?) (2Rs 21,23). O golpe de estado foi combatido com um contragolpe. Um grupo de “povo da terra” (pequena nobreza rural?) massacrou os assassinos do rei e entronizou Josias (2Rs 21,24). Com oito anos de idade, não tinha condições de dirigir o país. É difícil saber quando, efetivamente, tomou nas mãos o poder. 2Rs 22,2 contém a avaliação positiva dos Deuteronomistas a seu respeito.

Seu reinado foi marcado pela reforma descrita em 2Rs 22,3–23,25. Todas as suas demais realizações foram olvidadas pelos Deuteronomistas. 2Rs 22,3 afirma ter sido a reforma iniciada no 18º ano do reinado de Josias. Portanto, em 622 aC, quando tinha 26 anos. A descoberta do livro da Lei (correspondente ao atual Dt 12-26) no Templo, no processo de reforma, serviu de programa para as atividades reformistas: centraliza-

ção do culto (Dt 12,13-14.18) e expurgo da idolatria (Dt 5,8-10). O livro da Lei foi considerado como uma espécie de constituição do Estado (2Rs 23,3).

Quando a Assíria se aliou com o Egito para fazer frente à liga formada por babilônios e medos e o faraó Neco estava a caminho da Mesopotâmia (2Rs 23,29), Josias tentou barrar-lhe a passagem em Meguido. Já no início dos combates, foi morto (2Rs 23,29-30). Seu filho Joacaz (609 aC) sucedeu-o. Todavia, o faraó levou-o para o quartel general em Rebla, donde foi mandado para o Egito (2Rs 23,31-35). No trono, foi colocado seu irmão Joaquim (609-598 aC). Judá se tornou vassalo do Egito, a quem foi obrigado a pagar pesado tributo. Assim, teve fim a independência de Judá.

Em 605 aC, os babilônios venceram os assírios, em Carquemis, e começaram a impor seu poderio sobre o Egito e, posteriormente, sobre a Palestina. Joaquim, vassalo dos babilônios por três anos, rebelou-se contra Nabucodonosor (2Rs 24,1). Por ora, este enviou um grupo de mercenários caldeus, arameus, moabitas e amonitas para sufocar a rebelião dos judaítas (2Rs 24,2). Em seguida, por volta de 598 aC, marchou pessoalmente contra Judá.

Neste ínterim, morre Joaquim, sendo sucedido por seu filho Joaquin (2Rs 24,8). Tendo governado apenas três meses, foi deportado para a Babilônia, juntamente com a corte e toda a riqueza do templo de Jerusalém (597 aC).

Nabucodonosor instala Sedecias, filho de Josias e tio de Joaquin, como rei de Judá. Faltava a Sedecias (597-587 aC) personalidade para governar. Instigado por maus conselheiros, rebelou-se contra o rei da Babilônia (2Rs 24,20). A reação não se fez esperar (2Rs 25,1-10). Sedecias fugitivo foi preso e levado ao quartel general, em Rebla. Aí presenciou o assassinato de seus filhos e teve os olhos furados; daí foi conduzido acorrentado para a Babilônia. As muralhas da cidade foram demolidas (2Rs 25,10); a população, deportada (2Rs 25,11-12); o templo, saqueado e destruído (2Rs 25,12-17). Sucederam-se prisões e execuções (2Rs 25,18-21).

Godolias foi colocado como governador das ruínas de Judá (2Rs 25,22-24) e de uma população composta de “gente miúda como vinhateiros e agricultores” (2Rs 25,12). A sede do governo foi transferida para Masfa (2Rs 25,23). Tentou criar um clima de normalidade. Deve ter sido considerado colaboracionista, motivo pelo qual foi assassinado por Ismael, “de descendência real” (2Rs 25,25). Acontece, então, uma fuga apressada para o Egito, por medo dos babilônios (2Rs 25,26).

A OHDtr conclui-se com a notícia da libertação de Joaquin, por Evil-Merodac, rei da Babilônia, trazido para a corte do rei (2Rs 25,27-30).

Com esta leitura da história, os Deuteronomistas mostraram a que ponto a infidelidade reduziu o povo. Ninguém volta, impunemente, as costas para Javé e seus mandamentos.

### **3. Os profetas: consciência crítica em tempos de infidelidade**

Como contraponto da infidelidade, os Deuteronomistas inseriram abundantes intervenções proféticas, ao longo de sua narrativa histórica, com a função de exortar,

em nome de Javé, os reis e a liderança do povo. É uma forma de responsabilizar, ainda mais, a liderança pela catástrofe nacional. Eles não têm como se desculpar! Não lhes faltaram insistentes advertências. O exílio, por conseqüência, resulta da surdez dos dirigentes da nação em face dos contínuos apelos de Javé, em vista da conversão e da fidelidade. Repassando a história da monarquia, os profetas se fazem sempre presentes.

Betsabéia foi instigada pelo profeta Natã para pedir ao velho Davi o trono para o seu filho Salomão. Com as orientações do profeta, alcançou seu intento (2Rs 1,11-31). Natã, assim como Gad (2Sm 24,11-19), foi profeta de corte – profeta aúlico –, cuja função consistia em orientar o rei, dizendo-lhe, em determinadas situações, se a ação real estava ou não de acordo com a vontade divina. A organização da corte comportava esse tipo de assessoria teológica. Todavia, com muita facilidade, os profetas aúlicos tornavam-se venais e corruptos, passando a falar, não a palavra de Deus, e, sim, o que ao monarca interessava ouvir. Por isso, foram alvo da denúncia dos profetas (Mq 3,5-8).

O profeta Aías de Silo incentivou a cisão dos dois reinos. Deu apoio a Jeroboão I (1Rs 11,29-39). Um “homem de Deus” desconhecido anunciou a destruição do altar de Betel (1Rs 13,1-10), por representar uma séria ameaça para a fé do povo. A imagem do bezerro de ouro, entronizada naquele santuário, somada ao falso culto nele praticado, de forma alguma podia ser aprovada pelos Deuteronomistas, com sua visão de unicidade do lugar do culto e da rígida fidelidade a Deus. 1Rs 13,11-34 refere-se ao encontro entre o homem de Deus, aludido anteriormente, e “um profeta já velho”, habitante de Betel. O profeta Aías de Silo, tendo rompido com o rei, por sua má conduta, anunciou a morte do filho de Jeroboão I (1Rs 14,1-18). O profeta Jeú anunciou a destruição da casa do rei Baasa, de Israel, “por causa de todo o mal que tinha feito aos olhos do Senhor” (1Rs 16,7.12). Um profeta anônimo anunciou ao rei Acab, de Israel, a vitória sobre os arameus (1Rs 20,13-28). Um membro da corporação dos filhos de profetas condenou a atitude do rei Acab, por não ter cumprido a lei do anátema (*hérem*) (Dt 13,16-19; Lv 27,28) e deixado com vida o rei dos arameus (1Rs 20,35-43). 1Rs 22,13-28 é uma cena interessante. O profeta Miquéias filho de Jemla antevê a derrota do rei Acab, na guerra contra os arameus, em Ramot de Galaad, contradizendo as previsões de vitória, proclamadas por quatrocentos profetas de corte. Quando o rei Josias tomou conhecimento da descoberta do Livro da Lei, por ocasião dos trabalhos de reforma do Templo de Jerusalém, ordenou que fosse consultado o Senhor a respeito do que estava escrito. Então, consultou-se a profetisa Hulda (2Rs 22,11-20). O profeta anunciou o restabelecimento das fronteiras de Israel, “desde a entrada de Emat até o mar da Arabá” (2Rs 14,25). 2Rs 19,2; 20,1-19 aludem ao profeta Isaías atuando junto ao rei Ezequias, num momento conturbado da história da Judá.

Recebem evidente destaque os profetas Elias, Eliseu e Isaías. São mais realçados que os demais profetas. Os Deuteronomistas inseriram em sua obra vários blocos de tradição a respeito deles, dando-lhes um espaço concedido a nenhum outro profeta. Quiçá, o motivo seja a luta intransigente de Elias e Eliseu contra a baalização do Reino do Norte; e de Isaías, junto à corte do Reino do Sul. Esta luta pela fidelidade a Javé faz parte da tradição deuteronomista. Afinal, em última análise, a causa do exílio deve ser

identificada com a infidelidade a Javé, disseminada tanto em Israel quanto em Judá, com sua seqüela de injustiça e desigualdade social.

O ciclo da tradição referente a *Elias* abarca 1Rs 17–2Rs 2. O contexto de sua pregação é o processo de substituição da fé em Javé pelo culto a Baal, em curso no Reino do Norte. A aliança do rei Amri com o rei de Tiro foi selada com o casamento de seu filho Acab com Jezabel, filha do rei fenício, fiel seguidora da religião baalista. Uma vez introduzida na casa real de Samaria, a rainha iniciou uma cruzada em favor de sua religião. Construiu um templo em honra de Baal Melcart (1Rs 16,32-33); tentou transformar o baalismo em religião da corte, olvidando o javismo; disseminou os cultos da fertilidade; constituiu profetas para Baal e Asera (1Rs 18,19); promoveu uma feroz perseguição contra os adoradores de Javé (1Rs 19,18). Quem se recusava a seguir suas ordens, de modo especial os profetas de Javé, era eliminado (1Rs 18,3b-4). O profeta Miquéias filho de Jemla, por ter falado com liberdade diante do rei, foi lançado na prisão e obrigado a sobreviver a pão e água (1Rs 22,26-27). A idolatria corria solta; Javé fora deixado de lado pela liderança política do país.

A resistência acontece pela ação do profeta Elias, secundado pelos filhos de profetas (1Rs 20,35; 2Rs 2,3.5.7.15; 4,1.38; 5,22; 6,1; 9,1). Era natural de Tesbi, em Galad, na Transjordânia (1Rs 17,1), onde o baalismo deve ter tido menor penetração. Seu nome, que significa “Meu Deus é Javé”, traz em si uma confissão de fé. Era uma figura solitária, austera, vestindo-se de roupas grosseiras (2Rs 1,8). O incidente no Monte Carmelo mostra o quanto foi defensor intransigente do javismo. A eliminação dos profetas de Baal é obra de um Elias fanático (1Rs 18). Diante da ação criminosa do rei Acab e sua esposa Jezabel, no episódio da vinha de Nabot, revela-se defensor impávido da fé javista e de sua proposta ética (1Rs 21). Vítima da perseguição de Jezabel, fugiu para o Horeb como que para beber das fontes da fé em Javé (1Rs 19). Seu desaparecimento é descrito como um evento misterioso: foi arrebatado, no deserto, para o céu numa carruagem de fogo (2Rs 2,1-18).

Na tentativa de sustar a avalanche baalista, Elias promoveu um autêntico golpe de estado contra a casa de Amri (1Rs 19,15-17). O escolhido para realizar seu plano de moralização do Reino do Norte foi o general Jeú, cuja ação sangrenta ultrapassou os limites da racionalidade.

O profeta *Eliseu* também mereceu atenção dos Deuteronomistas. O bloco narrativo referente à sua atuação ocupa 2Rs 2–13. Seu nome significa “Meu Deus salvou”. Seus variados milagres parecem indicar a ação de Deus em favor dos israelitas. A dimensão política de sua ação (2Rs 9,1-13) não recebeu suficiente destaque, ao contrário do que aconteceu com sua ação taumatúrgica.

A tradição referente a *Isaias* está contida em 2Rs 18,13–20,19. A referência à sua ação limita-se ao reinado de Ezequias, quando os assírios ameaçaram destruir Jerusalém e, com ela, o Templo do Senhor. Uma mortandade no acampamento assírio, de causa ignorada, livrou Judá da destruição (2Rs 19,35-37). Os anais assírios testemunham que Judá pagou um enorme tributo a seus dominadores e perdeu boa parte de seu território.

Uma ingenuidade de Ezequias, ao escancarar as portas do reino aos embaixadores babilônios, levou Isaías a proferir um oráculo de condenação contra Judá (2Rs 20,12-21). O profeta preanunciou o exílio: “Virá o dia em que tudo que está em tua casa, tudo que teus pais acumularam até hoje, será levado à Babilônia. Não restará nada, diz o Senhor. E dos filhos que saírem de ti, dos filhos que tu gerares, levarão alguns para serem eunucos no palácio do rei da Babilônia” (v. 17-18). Os Deuteronomistas, portanto, recuperam uma palavra do profeta, anunciando, sem subterfúgios, o futuro exílio de Judá.

Dentre os chamados profetas clássicos, cujos nomes estão relacionados com livros da Bíblia, Isaías é único referido na OHDtr. Especula-se por que foram omitidos os nomes de grandes profetas, como Amós, Oséias, Miquéias, Jeremias, Ezequiel, cujas pregações estavam em perfeita sintonia com as preocupações deuteronomistas.

Em suma, contraposta à ação dos reis na sua infidelidade e falta de justiça, está a ação de Javé, tentando direcionar seu povo no caminho do direito e da justiça, servindo-se de “seus servos, os profetas” (2Rs 17,13; 21,1; 24,2). Se a história desembocou no desastre do exílio, foi por inteira responsabilidade dos líderes do povo. Os profetas como que anteciparam o desfecho da história. Por conseguinte, nem Israel nem Judá foram tomados de surpresa. Os profetas sinalizaram, com clareza, seu destino.

Os Deuteronomistas fundam-se numa tradição encontrada alhures, segundo a qual Javé partilha suas decisões com seus profetas, antes de implementá-las. Gn 18,17: “Javé disse consigo: ‘Ocultarei a Abraão o que vou fazer...?’”; Am 3,7: “O Senhor Javé não faz coisa alguma sem antes revelar o seu segredo a seus servos, os profetas”. É extremamente arriscado não lhes dar ouvido. Tornar-se insensível à voz dos profetas é fazer-se insensível à voz de Deus.

#### **4. Traços literários da redação deuteronomista**

Na porção da OHDtr dedicada aos reis, encontramos alguns elementos característicos da atividade redacional deuteronomista.

a) *Esquema de apresentação*. O redator serve-se de um esquema fixo para introduzir cada um dos reis, de modo especial, após a divisão dos reinos. Esta fórmula consta de quatro partes. (1) Sincronia com o rei contemporâneo do outro reino. Duração do reinado. No caso dos reis de Judá, ocorre a indicação da idade do rei, quando subiu ao trono e o nome de sua mãe. (2) Juízo a respeito da atuação do rei, baseado em sua atitude religiosa (Dt 4,39-40). Como pano de fundo, estão dois modelos: Davi, para o Reino de Judá, é sempre referido de forma positiva; Jeroboão I, para o Reino de Israel, é sempre referido de forma negativa. (3) Alusão aos feitos mais relevantes do monarca em questão. (4) Fontes de onde se pode obter ulteriores informações ou, então, de onde o redator extraiu as informações sobre o respectivo rei. Seguem-se a referência à sua morte e sepultamento, bem como o nome de seu sucessor.

b) *Avaliação dos reis*. Os Deuteronomistas fazem contínuas avaliações dos reis de Judá e Israel, prevalecendo as avaliações negativas, expressas com a fórmula: “Fez

o que é mau aos olhos do Senhor...” O critério de julgamento provém do Dt e gira em torno da fidelidade a Javé e da centralidade do culto. Quem se bandeia para outras divindades e promove cultos fora do Templo de Jerusalém, é desaprovado na sua conduta. Igualmente, quem é conivente com os cultos praticados “nos lugares altos”.

Já Salomão “fez o mal aos olhos de Javé e não lhe foi plenamente fiel” (1Rs 11,6). A monarquia no Reino do Sul começou mal! Também receberam expressa avaliação negativa: Jorão (2Rs 8,18), Ocozias (2Rs 8,27), Manassés (2Rs 21,2), Amon (2Rs 21,20), Joacaz (2Rs 23,32), Joaquim (2Rs 23,37), Joaquin (2Rs 24,9) e Sedecias (2Rs 24,19).

Fato semelhante sucedeu no Reino do Norte. Jeroboão I foi reprovado pelos Deuteronomistas (1Rs 13,33-34). Com ele, Nadab (1Rs 15,26), Baasa (1Rs 15,34; 16,7), Zambri (1Rs 16,19), Amri (1Rs 16,25), Acab (1Rs 16,30; 21,25), Ocozias (1Rs 22,53), Jorão (2Rs 3,22), Joacaz (2Rs 13,2), Joás (2Rs 13,11), Jeroboão II (2Rs 14,24), Zacarias (2Rs 15,9), Manaém (2Rs 15,18), Facéias (2Rs 15,24), Facéia (2Rs 15,28) e Oséias (2Rs 17,2). O redator, referindo-se a Amri e a Acab, declara terem feito “o que era mau aos olhos do Senhor, mais ainda que seus antecessores”, não lhes bastando ter andado nos caminhos de Jeroboão I (1Rs 16,25.30).

Todos os monarcas do Reino do Norte foram reprovados pelos Deuteronomistas, por terem sido contaminados “pelo pecado de Jeroboão I”, paradigma de rei infiel, com seu culto indevido em Dã e Betel. Por outro lado, alguns monarcas do Reino do Sul foram aprovados na sua avaliação. Deve ter havido motivações ideológicas nesta postura, por representar uma mentalidade do Reino do Sul, com sua desconfiança e desprezo para com os do Norte. Foram consideradas agradáveis aos olhos de Javé, com reservas, por não terem abolido os lugares altos, o modo de proceder de Asa (1Rs 15,11.14), Joás (2Rs 12,2), Amasias (2Rs 14,3), Ozias (2Rs 15,3), Joatão (2Rs 15,34). Só o modo de proceder de Ezequias (2Rs 18,3) e o de Josias (2Rs 22,2) foram aprovados sem reservas. Some-se a estes a figura de Davi, cuja fidelidade a Javé é continuamente aludida (1Rs 3,14 *et passim*).

Davi é considerado um rei prototípico. Esta imagem positiva é muito distinta da descrição realista de Davi, no exercício do poder (2Sm). A figura imaginária de Davi relaciona-se com a esperança veiculada pelos Deuteronomistas, apontando para um rei futuro, cuja ação deveria se espelhar no Davi idealizado, todo voltado para Javé, suas leis e mandamentos. Numa perspectiva política, a insistência no Davi ideal pode ser interpretada como o interesse dos Deuteronomistas em termos da volta da monarquia, de corte davídico, ao poder. No sentido contrário, a visão negativa do Reino do Norte e a insistência nas considerações negativas a respeito de Jeroboão I, somada à severidade com os reis de Israel, sublinhariam suas reservas quanto ao Reino do Norte e seu anseio de não vê-lo reabilitado.

A insistência na infidelidade dos reis do Sul e do Norte é uma forma de mostrar como a história de Israel foi paulatinamente caminhando para a ruína.

c) *O discurso de personagens chaves*. Os Deuteronomistas introduzem, em momentos importantes da história, o discurso de personagens chaves que fazem um resu-

mo do passado, a partir da Teologia da Aliança, e projetam luz para o presente e o futuro, entrevedo bênçãos e castigos. O recurso é usado no Deuteronomio, continuando nos demais livros. Dt 1–3 é o discurso de Moisés, quando o povo está para começar a conquista da terra. Aliás, o conjunto do Dt é pensado como um grande discurso de despedida de Moisés. Js 23 é o discurso de Josué, nos albores do período dos juízes. 1Sm 12 é a fala de Samuel, na transição do período tribal para a monarquia.

Em 1-2Rs, encontram-se dois grandes discursos. 1Rs 8,22-53 corresponde à alocução de Salomão, quando da dedicação do Templo. 2Rs 17,7-41 tem a mesma finalidade dos demais discursos. Entretanto, por falta de um personagem importante, em cuja boca se pudesse colocar essas palavras, os Deuteronomistas elaboraram, em forma de parêntese, uma reflexão sobre os motivos do desaparecimento do Reino do Norte, atribuindo-o ao pecado do povo.

d) *A rede de correlações*. Para dar amarração à sua obra e manter o leitor atento, os Deuteronomistas estabeleceram uma rede de correlações entre os fatos. Algo previsto por um determinado profeta realiza-se no futuro. Os Deuteronomistas escreveram diante de fatos consumados (*prophetia ex eventu*). Este expediente deve ser considerado na sua intenção puramente redacional. Os Deuteronomistas não eram ingênuos a ponto de pensar que a história acontece em ciclos de previsão-realização.

Pensando em termos de centralização do culto em Jerusalém e condenando todo culto praticado alhures, os Deuteronomistas prevêem a destruição do santuário de Betel, já por ocasião de sua escolha como santuário real, tendo sido introduzido, aí, o bezerro de ouro. “Eis que na casa de Davi nascerá um filho chamado Josias, que imolará sobre ti os sacerdotes dos lugares altos que sobre ti ofereceram incenso, e ele queimará sobre ti ossadas humanas” (1Rs 13,1-2). O rei Josias cumpriu esta previsão, “que havia anunciado o homem de Deus” (2Rs 23,15-16).

Outros casos de correspondência: a maldição proclamada contra Jericó (Js 6,26) cumpriu-se (1Rs 16,34); a casa de Eli (1Sm 2,27-36) foi substituída (1Rs 2,27), conforme a palavra de Javé; o Templo construído por Salomão (1Rs 8,20) havia sido anunciado por Natã (2Sm 7,13); Aías de Silo anteviu (1Rs 11,29-31) a futura divisão do reino (1Rs 12,15); as sombrias previsões contra a casa de Jeroboão (1Rs 14,10-11) aconteceram (1Rs 15,29).

O cumprimento das palavras dos profetas tem a função de mostrar como os acontecimentos da história são conduzidos por Deus e que as palavras dos profetas devem ser levadas a sério. É arriscado não lhes dar atenção!

e) *O papel das mulheres*. Em 1-2Rs, os Deuteronomistas levam adiante um tema freqüente nos livros anteriores. Em momentos importantes do desenrolar da história, são inseridas mulheres, atuando de distintas maneiras. Salomão sobe ao trono no bojo de uma intriga palaciana levada a cabo por sua mãe (1Rs 1). Torna-se conhecido pela sentença sábia em relação a duas prostitutas (1Rs 3,16-28) e recebe a visita da rainha de Sabá, impressionada com a reputação de sua sabedoria (1Rs 10,1-13). Salomão possuía um vasto harém, formado de mulheres estrangeiras, que lhe desviaram o coração do ca-

minho de Javé (1Rs 11,1-8). Jezabel é apresentada como uma baalista intransigente, corruptora do Reino do Norte (1Rs 16,31-34; 21,5-15). A perversidade da rainha Atalia está descrita em 2Rs 11. As tradições a respeito dos profetas, também, incluem figuras femininas (1Rs 14,1-18; 17,8-24; 2Rs 4,1-37; 8,1-6). Papel importante é reservado à profetisa Hulda, convocada pelo rei Josias para interpretar o significado da descoberta do Livro da Lei no Templo. Ela antecipa a catástrofe final (2Rs 22,14-20).

## 5. Eixos temáticos da redação deuteronomista.

a. *Javé, senhor da história.* O exílio mergulhou os israelitas numa terrível crise de fé. Os fatos apontavam para a derrota de Javé pela supremacia de Marduc, deus dos babilônios. Então, os Deuteronomistas tomam a peito a tarefa de desmontar esta leitura equivocada da história. E o fazem insistindo no senhorio de Javé sobre a história humana em toda a sua extensão. Nada escapa ao seu poder! Tanto os assírios, no ato de deportar a população do Reino do Norte, em 721 aC, quanto os babilônios, ao exilar a população do Reino do Sul, em 597 aC e 587 aC, estavam sob o estrito controle de Javé. Eram apenas o instrumento de sua ação punitiva contra o povo infiel! Os Deuteronomistas, à luz da Teologia da Aliança, descrevem o processo de corrupção de seu povo, sob a liderança inconveniente dos monarcas. Era impossível não castigar, de maneira exemplar, a idolatria disseminada no coração do povo. Ambos os exílios foram interpretados nesta direção (2Rs 17,7-23). Mas, sendo Javé quem era, mantinha-se sempre aberto a refazer os laços com o seu povo, exigindo, somente, que se submetesse aos ditames da Lei, com sua prescrição de absoluta fidelidade a Deus. Em última análise, a responsabilidade pela história está nas mãos do povo de Israel. Castigo e bênção resultam das opções históricas dos israelitas (Dt 28). Ou melhor, de quem tem a função de liderar o povo: os reis, tomados como personalidades corporativas. Seus atos eram, como que, expressão dos anseios populares; uma síntese do pensar e do agir do povo.

Entretanto, as ações dos monarcas de Judá e Israel, nem sempre, estiveram sintonizadas com os ditames da Aliança. Aliás, na trama do livro dos Reis, um elemento importante consiste na expectativa de que o próximo rei seja fiel a Javé, como se espera de todos os monarcas de Israel. Se a história dependesse, única e exclusivamente de Deus, seria uma história de bênçãos, resultado de uma vida de fidelidade. A realidade foi bem outra! Todavia, a história jamais escapa das mãos de Deus.

b. *A denúncia da idolatria.* Baseado no mandamento do exclusivo e irrestrito amor a Javé – “Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças” (Dt 6,5) – os autores analisam a história da monarquia, considerando-a como história de infidelidade a Javé. Os reis foram incapazes de cumprir sua missão de lugar-tenente de Javé, que consistia em implantar o projeto divino, fundado no direito e na justiça. Antes, sendo infiéis a Javé, descambaram para a idolatria e, conseqüentemente, para injustiça. Já Salomão acobertou a religião de suas inúmeras concubinas. Na velhice, “seu coração já não pertencia integralmente ao Senhor, seu Deus” (1Rs 11,4). E, assim, abriu caminho para a infidelidade dos demais reis.

Na mira dos autores, está o culto a Baal, largamente praticado no Reino de Israel, incentivado por Acab e Jezabel (1Rs 16,31-33). O profeta Elias foi um campeão na luta contra o baalismo (1Rs 18,20-46). O rei Jeú tentou expurgar a idolatria, promovendo uma matança da família real (2Rs 10,11). No Reino de Judá, Acáz favoreceu a idolatria (2Rs 16,10-18). Ezequias esboçou uma reforma religiosa (2Rs 18,4). Manassés deu largas à sua despreocupação com a fé javista e introduziu práticas idolátricas no Templo de Jerusalém (2Rs 21,2-9). A reforma de Josias pretendeu pôr fim aos desmandos religiosos de seu antecessor (2Rs 23,4-20). Todavia, Jr 44,15-19 é um claro indício da inocuidade de seus esforços.

As promessas divinas eram condicionadas à obediência à Lei de Deus (1Rs 2,4; 6,11-12; 8,25; 9,4-5). Por isso, a infidelidade persistente dos israelitas não deixava margem para dúvidas quanto ao futuro. O castigo era previsível!

*c. A centralização do culto desrespeitada.* Na tradição deuteronomista, a unidade do culto é um tema recorrente. O Código Deuteronomista (Dt 12-26) abria-se, exatamente, com recomendações referentes à centralização do culto e a demolição de todos os demais santuários. “Freqüentareis o lugar que o Senhor vosso Deus escolher entre todas as tribos, para nele fixar o seu nome. Para lá levareis vossos holocaustos e sacrifícios, vossos dízimos, vossas contribuições pessoais, votos e ofertas espontâneas, bem como os primogênitos de vossas vacas e ovelhas” (Dt 12,5-6; cf. 14,23). “O” lugar de culto haveria de ser, única e exclusivamente, o Templo de Jerusalém. Daí o grande espaço reservado para descrever a sua construção e mobiliário (1Rs 6,1-7,51), de igual modo, a trasladação da Arca da Aliança para o seu interior e a sua consagração (1Rs 8,1-66).

Todas as tentativas dos reis de promoverem culto fora do lugar designado foram consideradas faltas graves. A crítica dos Deuteronomistas volta-se, em primeiro lugar, contra a iniciativa do Jeroboão I de entronizar os bezerros de ouro nos santuários de Dã e Betel, tendo a ousadia de introduzir festas espúrias e usurpar as funções próprias dos sacerdotes (1Rs 12,26-33). Seu gesto será continuamente censurado. Para os Deuteronomistas, este pecado está na origem de muitos outros pecados posteriores (1Rs 15,34; 16,2.19,26.31 etc.). Por outro lado, no Reino do Sul, muitos lugares altos, onde se prestava culto a Baal, não foram demolidos. Este era um elemento negativo na avaliação de alguns reis (1Rs 15,14; 22,43). Só Ezequias e Josias receberam plena aprovação do Deuteronomista por terem banido do país os lugares altos. Na reforma de Josias, foram profanados, por serem uma tentação constante para o povo, não só no Reino do Sul (2Rs 23,8-14), mas também no Reino do Norte, mormente o santuário real de Betel (2Rs 23,15-20).

A reflexão deuteronomista sobre o desaparecimento do Reino do Norte e o próximo aniquilamento do Reino do Sul centra-se no tema da infidelidade religiosa, representada pelo desrespeito à decisão de Javé de querer ser cultuado num único lugar (2Rs 17,9.22-23). Os reis encabeçam a lista dos culpados. Dentre eles, Manassés desponta como figura de proa. Em última análise, o exílio representou um castigo exem-

plar contra as suas transgressões. “Javé não abrandou o furor de sua grande ira, que se havia inflamado contra Judá, por causa das provocações que Manassés lhe havia feito” (2Rs 23,26; cf. 24,3). A retidão de Ezequias e a de Josias não foram suficientes para cancelar o castigo merecido pelos pecados de Manassés.

d) *A realeza davídica*. Tendo 2Sm 7,1-17 como pano de fundo e considerando o desmantelamento do Reino de Judá, como acontecera com o de Israel, e o conseqüente desaparecimento dos respectivos reis, os Deuteronomistas relançam a figura de Davi, no sentido de reavivar a esperança no coração de seus leitores.

As muitas referências a Davi apresentam-no na sua condição de amado e abençoado por Deus, por causa de sua fidelidade (1Rs 3,6; 11,4; 2Rs 19,34; 20,6). Por conseguinte, apesar das infidelidades dos monarcas da casa de Judá, Javé manterá sua promessa de conceder a Davi e à sua descendência um reino estável, confirmando, assim, o prometido no passado (1Rs 2,33.45). Seu modo de proceder – seus “preceitos” – deveria constituir-se na pauta de ação de todos os demais reis (1Rs 3,3; 11,33). Os preceitos de Davi nada mais eram que os preceitos de Javé (1Rs 3,14).

O procedimento dos Deuteronomistas para avaliar a ação dos reis consistia, exatamente, em comparar o agir de cada um deles com o de Davi. Dele se dizia que “andou diante de ti (Javé) na fidelidade, justiça e retidão de coração para contigo” (1Rs 3,6; 11,34.38; 14,8; 15,3.3.11; 2Rs 14,3; 16,2; 18,3; 22,2). “Se procederes diante de mim como teu pai Davi, na integridade e retidão de coração, se agires segundo minhas ordens e observares meus estatutos e minhas normas, firmarei para sempre teu trono real sobre Israel, como prometi a Davi, teu pai, dizendo: ‘Jamais te faltará um descendente sobre o trono de Israel’” (1Rs 9,4-5). Era o que se esperava de todo rei.

Resultava, daí, a fidelidade de Deus à palavra dada no passado, no sentido de confirmar e fortalecer a casa de Davi (1Rs 6,12; 8,16.25.26).

e) *Um apelo à conversão*. A preocupação última dos Deuteronomistas consistiu em chamar o povo à conversão, em consonância com o esquema usado para analisar a história do povo de Israel. Sua visão religiosa da história foi expressa em Jz 2,10-19. A história, na concepção deuteronomista, era feita de pecado – castigo – conversão – salvação. O exílio corresponde ao castigo pela infidelidade cometida ao longo de séculos. Portanto, para a história ter continuidade, a conversão fazia-se urgente. Entretanto, deveria ser precedida do reconhecimento do pecado e da penitência. Se os israelitas voltassem para Javé, haveriam de experimentar a salvação. O amor de Javé por Israel não era incompatível com o castigo infligido. O exílio babilônico poderia ter o efeito pedagógico de mover Israel à fidelidade para com o seu Deus.

A Teologia da Aliança servia de pano de fundo para a reflexão deuteronomista. As cláusulas estavam claramente estipuladas, com as respectivas bênçãos e maldições, para o caso de fidelidade ou infidelidade (Dt 28). Dt 30,15-20 exigia do povo uma escolha entre a vida e a morte. Se, no passado, escolhera a morte e, agora, se dava conta da insensatez de sua opção, só restava um caminho: voltar-se para Javé, de todo

coração. Aliás, o exílio foi interpretado como um desafio à capacidade de conversão de Israel. “O Senhor vos dispersará entre os povos... então, buscareis o Senhor vosso Deus, e o encontrareis, se o procurardes com todo o vosso coração e com toda a vossa alma... No fim dos tempos, voltar-vos-eis para Javé vosso Deus e obedecereis a sua voz” (Dt 4,27-31). A ação benévola de Deus estava garantida. “E quanto te converteres a Javé teu Deus, obedecendo à sua voz... então, Javé teu Deus mudará a tua sorte para melhor e se compadecerá de ti; Javé teu Deus voltará atrás e te reunirá de todos os povos entre os quais te havia dispersado. Ainda que tivesses sido expulso para os confins do céu, de lá te reuniria Javé teu Deus, e de lá te tomaria para te reintroduzir na terra que os teus pais possuíram, para que a possuas. Ele te fará feliz e te multiplicará mais ainda que os teus pais” (Dt 30, 2-5).

A presença maciça de profetas ao longo da história corresponde à voz de Deus conclamando, incansavelmente, o povo à conversão. “O Senhor tinha advertido seriamente Israel e Judá por intermédio de todos os profetas e videntes nestes termos: ‘Voltai dos vossos maus caminhos e guardai os meus mandamentos e preceitos e toda a Lei que prescrevi aos vossos pais e vos comuniquei pelo ministério de meus servos, os profetas’ (2Rs 17,13).

Todavia, o apelo à conversão foi introduzido, de forma esparsa, em várias passagens da história. No bloco referente ao livro dos Reis, o tema aparece com toda evidência em 1Rs 8,33-34.46-53. Quando da consagração do Templo, Salomão posta-se diante do altar e, na presença da assembléia do povo, estende as mãos para o céu e, entre outras coisas, diz: “Quando tiverem pecado contra ti – pois não há pessoa alguma que não peque –, e, irritado contra eles, os entregares ao inimigo e seus vencedores os levarem cativos para uma terra inimiga, longínqua ou próxima, se caírem em si, na terra para onde houverem sido levados, se arrependerem e te suplicarem na terra dos seus vencedores... perdoa a teu povo os pecados que cometeu contra ti... faze-os encontrar graça diante de seus vencedores, de modo que tenham deles compaixão”.

O rei Josias é apresentado como um modelo de capacidade de conversão. “Não houve antes um rei como ele que se tivesse voltado para o Senhor de todo o seu coração, com toda a sua alma e força e em pleno acordo com a Lei de Moisés; tampouco houve depois um rei igual a ele” (2Rs 23,25).

f) *O cultivo da esperança*. De maneira discreta, o Deuteronomista insere na obra o tema da esperança servindo-se de uma metáfora sugestiva: *a lâmpada*. O referencial é 2Sm 7,1-17. Afinal, Javé prometera a Davi: “A tua casa e a tua realeza subsistirão para sempre diante de ti, e o seu trono se estabelecerá para sempre” (v. 16). A recordação da promessa alimentava a esperança no coração do povo exilado. A lâmpada colocada por Javé na vida de Israel jamais haveria de se apagar. O descendente de Davi seria a lâmpada posta por Javé na vida de Israel, para iluminá-la com a luz da vontade divina.

Em 2Sm 21,17, os oficiais de Davi aconselham-no a não sair para a batalha contra os filisteus, “para que não apagues a lâmpada de Israel!” Quando se processava a cisão dos reinos, o profeta Aías de Silo, falando em nome de Javé, garante que será

dada a Roboão, filho de Salomão, uma tribo “para que meu servo Davi tenha sempre uma lâmpada diante de mim em Jerusalém, cidade que escolhi para nela colocar meu Nome” (1Rs 11,36). Embora a descendência de Abia merecesse ser eliminada por causa dos pecados do rei, “contudo, por consideração para com Davi, Javé seu Deus conservou-lhe uma lâmpada em Jerusalém, mantendo seu filho depois dele e poupando Jerusalém (1Rs 15,4). Algo parecido aconteceu com o rei Jorão. Seu comportamento desagradou o Senhor. “Todavia, Javé não quis destruir Judá, por causa do seu servo Davi, segundo a promessa que lhe fizera de deixar-lhe uma lâmpada, assim como a seus filhos, para sempre” (2Rs 8,19).

A última cena da OHDtr – 2Rs 25,27-30 – pode ser entendida como esta lampadazinha que permanece acesa. O pecado dos reis de Judá não pode invalidar a promessa de Deus. O Deuteronomista não sabe quando Javé trará salvação para Israel. Mas que isto acontecerá é certo!

*Jaldemir Vítório*  
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto  
31.720-300 Belo Horizonte – MG  
E-mail: [jvitoriosj@cesjesuit.br](mailto:jvitoriosj@cesjesuit.br)